

Scania Banco S.A.

Demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2025

Scania Banco S.A.

Demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2025

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Relatório da administração.....	7
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Tower
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e ao Conselho de Administração do
Scania Banco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scania Banco S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Avaliação das operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº8, em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil no montante de R\$15.683.673 mil, com respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$672.557 mil. Adicionalmente, no exercício findo nessa data, a receita de operações de crédito e arrendamento mercantil foi de R\$2.421.896 mil e a despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi de R\$630.043mil. Devido à relevância do saldo da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, bem como a complexidade das estimativas relevantes utilizadas pela diretoria para determinação da provisão, consideramos a avaliação das operações de crédito e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) liquidação financeira das parcelas das operações de crédito; (iv) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nas premissas definidas pela diretoria, recálculo do saldo devedor da carteira de operações de crédito na data-base, testes analíticos, além da revisão das apresentações e divulgações relacionadas ao tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados e dependentes de tecnologia considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP- 034519/O



Rui Borges
Contador CRC SP-207135/O

Scania Banco S.A.

Relatório da administração

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. (Scania Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: O resultado do exercício apresentou um prejuízo de R\$ 84.736, refletindo, principalmente, o aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito. Esse acréscimo no custo de risco está relacionado, sobretudo, à elevação da inadimplência no segmento agrícola na carteira de MPMEs - Micro Pequenas e Médias Empresas, impactado por condições econômicas adversas que dificultaram a renegociação das dívidas até 31 de dezembro de 2025.

Apesar do cenário desafiador, mantemos confiança na qualidade do nosso portfólio de crédito e na tendência de recuperação das taxas de inadimplência, atualmente afetadas de forma temporária pelos impactos econômicos enfrentados por nossos clientes.

A constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é baseada em criteriosa análise e classificação das operações por estágio de risco, sendo considerada pela Administração como adequada para a cobertura de eventuais perdas.

Operação: Constituído em 12 de agosto de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil no mesmo ano, o Scania Banco iniciou suas atividades no primeiro trimestre de 2010 como banco múltiplo individual, com carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil.

Desde sua origem, atua em alinhamento ao Plano de Negócios aprovado pelo Banco Central em 2008, oferecendo soluções como FINAME, Leasing, Floor Plan, Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Vendor. Essas operações têm como propósito principal apoiar as vendas e ampliar o acesso dos clientes aos produtos da marca Scania, fortalecendo a relação com o mercado e contribuindo para o crescimento sustentável da companhia.

Índice de Basiléia: O Scania Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basiléia amplo do Conglomerado Prudencial foi de 12,21%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no website do Scania Banco: <https://www.scania.com/br/pt/home/services/finance-and-insurance/finance/estrutura-de-gerenciamento-de-riscos-do-scania-banco-s-a-.html>, que não faz parte das demonstrações financeiras.

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), também estão disponíveis no site acima.

Agradecimentos: Agradecemos aos clientes, acionistas e à rede de concessionárias pela confiança e credibilidade depositadas em nossa instituição. Estendemos, de forma especial, nosso reconhecimento aos colaboradores, cuja dedicação e empenho têm sido fundamentais para o fortalecimento e a evolução dos nossos serviços.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas por essa diretoria em reunião realizada em 30 de março de 2026.

São Bernardo do Campo, 30 de março de 2026.

A Diretoria

Scania Banco S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Circulante		6.773.915
Disponibilidades	6	5.976
Ao Custo Amortizado		
Instrumentos Financeiros		6.847.660
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	275.150
Operações de crédito	8	6.572.509
Operações de arrendamento mercantil	8	22.172
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	(206.369)
Operações de crédito		(205.580)
Operações de arrendamento mercantil		(789)
Outros ativos	10	104.477
Rendas a receber		97
Diversos		84.543
Bens não de uso próprio		19.837
Não circulante		8.936.001
Ao Custo Amortizado		
Instrumentos Financeiros		9.072.373
Títulos e valores mobiliários	7	1.022
Operações de crédito	8	9.071.351
Operações de arrendamento mercantil	8	17.641
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	(466.188)
Operações de crédito		(465.615)
Operações de arrendamento mercantil		(573)
Ativo fiscal diferido		312.175
Ativo fiscal diferido	20.b	312.175
Permanente		13.613
Investimentos em controlada	11	13.613
Intangível		408
Amortização		(408)
Total do ativo		15.723.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scania Banco S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2025
Circulante		6.523.078
Ao Custo Amortizado		
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.477.128
Depósitos a prazo	12.a	4.599.425
Depósitos interfinanceiros	12.b	228.123
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	471.608
Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.177.972
Provisões	15.b	37.426
Diversos		37.426
Obrigações fiscais correntes e diferidas		8.524
Fiscais e previdenciárias	15.a	8.524
Não circulante		7.912.918
Ao Custo Amortizado		
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		7.829.389
Depósitos a prazo	12.a	2.745.415
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	3.136.788
Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.947.186
Provisões	15.c	6.018
Passivos contingentes		6.018
Obrigações fiscais correntes e diferidas	20.c	5.420
Passivo fiscal diferido		5.420
Outros Passivos	16.a	72.091
Resultados futuros		72.091
Patrimônio líquido	17	1.287.532
Capital		
De domiciliados no exterior		710.000
Reserva legal		31.433
Reserva estatutária		590.687
Prejuízo Acumulado		(44.588)
Total do passivo e patrimônio líquido		15.723.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scania Banco S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2º SEM 2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		1.265.644	2.474.020
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8	1.241.750	2.421.896
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários		23.893	52.124
Despesas da intermediação financeira		(1.351.526)	(2.511.229)
Operações de captação no mercado	12	(727.934)	(1.427.455)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento	14	(241.740)	(453.731)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(381.853)	(630.043)
Resultado bruto da intermediação financeira		(85.883)	(37.210)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(58.084)	(122.496)
Rendas de prestação de serviços		2.051	3.889
Despesas de pessoal	18	(23.482)	(46.009)
Outras despesas administrativas	19	(46.577)	(102.405)
Despesas tributárias	23	(14.700)	(30.271)
Resultado de participação em controlada	11	3.994	8.023
Outras receitas operacionais	21	22.723	48.887
Outras despesas operacionais	21	(2.043)	(4.678)
Resultado na alienação de valores e bens	22	(52)	68
Resultado antes da tributação		(143.967)	(159.705)
Imposto de renda e contribuição social	20.a	75.382	74.969
Contribuição social corrente		(894)	(894)
Imposto fiscal diferido		76.276	75.863
Prejuízo líquido do semestre/exercício		(68.585)	(84.736)
Prejuízo por ações		(0,0966)	(0,1193)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scania Banco S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º SEM 2025	31/12/2025
Prejuízo Líquido do semestre/exercício	(68.585)	(84.736)
Prejuízo Líquido abrangente do semestre/exercício	(68.585)	(84.736)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scania Banco S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros/Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31/12/2024	710.000	31.433	590.687	-	1.332.120
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN n° 4.966/21 e Res. BCB n° 352/23)	-	-	-	40.148	40.148
Saldo de Abertura 01/01/2025	710.000	31.433	590.687	40.148	1.372.268
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(84.736)	(84.736)
Saldo em 31/12/2025	710.000	31.433	590.687	(44.588)	1.287.532
Saldo em 30/06/2025	710.000	31.433	590.687	23.997	1.356.117
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(68.585)	(68.585)
Saldo em 31/12/2025	710.000	31.433	590.687	(44.588)	1.287.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scania Banco S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2º SEM 2025	31/12/2025
Atividade operacional			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício		233.156	461.971
Prejuízo líquido do semestre/exercício		(68.585)	(84.736)
Ajustes ao lucro líquido		301.741	546.706
Provisão para passivos contingentes		158	550
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.d	381.853	630.043
Impostos diferidos	20.a	(76.276)	(75.863)
Resultado de participação em controladas	11	(3.994)	(8.023)
Variações patrimoniais		(156.241)	(288.379)
Títulos e valores mobiliários		(55)	(129)
Operações de crédito e arrendamento mercantil		236.261	393.307
Outros ativos - diversos		4.010	(38.208)
Depósitos a prazo		(764.574)	(2.276.474)
Recursos de aceites e emissões de títulos		252.750	1.757.177
Obrigações por empréstimos e repasses		58.176	74.233
Outras obrigações		45.892	(240.815)
Rendas a receber		11.687	43.503
Impostos e contribuições a pagar		506	(79)
Impostos pagos		(894)	(894)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		76.916	173.592
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa		76.916	173.592
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício		204.210	107.534
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício	6	281.126	281.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scania Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Scania Banco S.A. ("Scania Banco") que está localizado na av. José Odorizzi, 151, P36-10 – Portaria 8, na cidade de São Bernardo do Campo – SP, Brasil, foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil – BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo individual, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Scania Banco tem como seu único acionista e controlador a Traton Financial Service AB. O Scania Banco iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, Leasing, Floor Plan, Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observando os preceitos da Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e instruções emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do próprio Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Scania Banco estão em conformidade com os dispositivos estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/20, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.

Nos termos do artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios contábeis nela previstos foram aplicados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025.

Adicionalmente, conforme o disposto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, a instituição, por se enquadrar no inciso I do caput do artigo 1º da referida norma, está dispensada da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 em relação aos períodos anteriores. Tal dispensa visa facilitar a transição ao novo normativo contábil, assegurando maior clareza e consistência na adoção inicial dos novos critérios estabelecidos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A norma trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, da constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como da designação e reconhecimento contábil das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições autorizadas a operar pelo Bacen. A reclassificação dos instrumentos de proteção passará a ser exigida a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 352/23.

A Resolução BCB nº 352/23, emitida em 23 de novembro de 2023, consolida os conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21 e estende sua aplicação às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento reguladas pelo Bacen. Essa norma também detalha os procedimentos contábeis relacionados à avaliação dos fluxos de caixa de ativos financeiros com base no critério de "somente pagamento de principal e juros" (Teste SPPJ), à apuração da taxa de juros efetiva (TJE), à constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito e à divulgação de informações em Notas Explicativas.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.975/21 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e demais instituições reguladas, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. Os novos critérios estabelecidos por essa norma foram aplicados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025.

Scania Banco S.A.

Em conformidade com o disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não contemplam informações comparativas referentes a períodos anteriores, estando dispensadas da apresentação comparativa neste exercício de adoção inicial da norma.

A Administração do Scania Banco declara que as informações evidenciadas nas demonstrações financeiras contemplam todas as informações relevantes utilizadas em sua gestão e que as práticas contábeis adotadas no exercício de 2025 estão em conformidade com os normativos em vigor.

As demonstrações financeiras referentes ao período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2026.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- a) CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- b) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Eventos subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- m) CPC 41 (R1) – Resultado por Ação – homologado pela Resolução nº 4.818/20;
- n) CPC 46 (R1) – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19;
- o) CPC 47 – Receita de Contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

3. Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c. Classificação dos ativos e passivos financeiros

Os fluxos de caixa contratuais das operações de crédito e investimento do Scania Banco, são baseados exclusivamente no pagamento de principal e juros, conforme definido pela Resolução BACEN nº 352/23, caracterizando um acordo de empréstimo básico. Utilizando o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ), os instrumentos financeiros foram classificados todos com base no método de Custo Amortizado, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.966/21.

Scania Banco S.A.

Os ativos e passivos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos Financeiros ao CA: ativos e passivos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).

Ativos e Passivos Financeiros ao VJORA: ativos e passivos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação e os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em outros resultados abrangentes.

Ativos e Passivos Financeiros ao VJR: ativos e passivos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Scania Banco refletem a forma como os ativos financeiros são geridos de maneira conjunta com o objetivo de gerar fluxos de caixa, não se restringindo apenas às intenções da Administração em relação a instrumentos financeiros individuais.

Os ativos financeiros podem ser geridos com o seguinte propósito: obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para este propósito, é necessário que o ativo financeiro atenda ao conceito de acordo de empréstimo, sendo aprovado no Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ).

Na avaliação dos modelos de negócios, são considerados, entre outros aspectos: os riscos que impactam o desempenho do modelo; os critérios de remuneração dos gestores responsáveis; e a forma como o desempenho do modelo de negócios é monitorado e reportado à Administração da Instituição.

Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ)

O Teste de SPPJ consiste na avaliação dos fluxos de caixa contratuais desde a origem, aquisição ou emissão do instrumento financeiro, com o objetivo de verificar se tais fluxos são constituídos exclusivamente por pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Esses fluxos devem estar alinhados ao conceito de um contrato de empréstimo básico, que remunera o valor do principal com base em fatores de risco de crédito, valor no tempo do dinheiro, custo de financiamento e margem para risco de crédito do mutuário.

d. Taxa de Juros Efetiva (TJE)

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado, passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de FINAME e Crédito Direto ao Consumidor – CDC passaram a ter os custos de transação e valores recebidos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Instituição. O Scania Banco definiu a Metodologia Completa para a apuração de cálculo da TJE. Para os custos e receitas incrementais e sobre ocorrências diretamente atribuíveis, ficou definido o método de diferimento linear e para o diferimento foram definidos os critérios de materialidade menor que 1% da receita/custo total da operação, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Foi realizado o estudo sobre quais os tipos de custos e receitas incrementais e atribuíveis foram contabilizados no formato de receita ou despesa direta e quais serão apurados de forma individualizada no nível de cada contrato.

Scania Banco S.A.

e. Ativos Problemáticos

Considera-se ativo problemático aquele ativo financeiro que apresenta indícios de dificuldade na recuperação do crédito. Essa classificação ocorre quando: (i) houver atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (ii) existirem evidências de que a obrigação contratual não será integralmente cumprida nas condições originalmente pactuadas, independentemente da execução de garantias ou colaterais.

f. Stop Accrual

Stop accrual é o procedimento contábil de cessação do reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de originação ou quaisquer outras atividades financeiras relacionadas a ativos financeiros com evidência de problema na recuperação de crédito. O Scania Banco adota esse procedimento de forma consistente, deixando de reconhecer no resultado do período quaisquer receitas não recebidas relativas a ativos financeiros classificados como problemáticos quanto à sua recuperabilidade.

g. Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Scania Banco avalia, em bases prospectivas, a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado (CA).

A avaliação do risco de crédito é realizada de forma individual e coletiva, considerando o aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Para avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características compartilhadas de risco, tais como: tipo de instrumento, classificação de risco de crédito, setor de atividade econômica, entre outros fatores.

O Scania Banco aplica a abordagem de três estágios para mensuração da perda esperada de crédito, de acordo com a deterioração da qualidade do crédito desde a originação:

Estágio 1: compreende os ativos financeiros desde o reconhecimento inicial até o momento em que houver aumento significativo no risco de crédito. Enquanto o atraso não exceder 30 dias, a provisão para perdas é calculada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 meses. Nesse estágio, os ativos são considerados sem problemas de recuperação de crédito, e a receita é reconhecida com base no saldo bruto.

Estágio 2: aplicável quando há aumento significativo no risco de crédito ou quando houver atraso entre 30 e 90 dias. A provisão é calculada com base nas perdas esperadas ao longo da vida remanescente do ativo, mantendo-se o reconhecimento de receita sobre o saldo bruto.

Estágio 3: refere-se a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, caracterizados por inadimplemento superior a 90 dias ou por evidências qualitativas de que o devedor não cumprirá integralmente suas obrigações. Nestes casos, considera-se probabilidade de default de 100%, sendo interrompido o reconhecimento de receita (stop accrual). A receita volta a ser reconhecida apenas no momento do recebimento efetivo, total ou parcial, ou a partir do momento em que o ativo deixar de ser caracterizado como problemático. Também são incluídos neste estágio os ativos anteriormente baixados como prejuízo e posteriormente recuperados, com as receitas reconhecidas pelo regime de competência. Caso seja comprovada amortização significativa ou melhora na capacidade de pagamento do cliente, o ativo poderá ser reclassificado para o Estágio 1 ou Estágio 2, conforme a extensão da recuperação do risco de crédito e em conformidade com os critérios previstos na regulamentação vigente. A reclassificação dos ativos entre os estágios é realizada com base nos critérios estabelecidos pelas normas em vigor.

Metodologia para Provisão de Perdas Associadas ao Risco de Crédito

O Scania Banco segue a Metodologia Completa para cálculo da perda esperada, conforme diretrizes estabelecidas para instituições enquadradas nos segmentos supervisionados pelo Bacen (S1 a S3), sendo o Scania Banco classificado como integrante do Segmento S3.

Scania Banco S.A.

São utilizados modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas com base em uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito. Essa metodologia contempla os seguintes parâmetros:

Probability of Default (PD): probabilidade de inadimplemento de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
Loss Given Default (LGD): percentual de perda estimada no caso de inadimplemento;
Exposure at Default (EAD): valor estimado da exposição no momento do default;

Essa abordagem permite ao Scania Banco monitorar e ajustar de forma precisa e dinâmica suas provisões para perdas de crédito, considerando alterações no ambiente econômico e nas características de risco de suas contrapartes.

Em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 e da Resolução BCB nº 352/23, o Scania Banco também estima, de forma individualizada, os seguintes parâmetros expressos em percentuais:

Probabilidade de o instrumento ser classificado como ativo problemático;
Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

h. Renegociação e Reestruturação

Renegociação: Caracteriza-se como acordos de renegociação aqueles que impliquem a alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento financeiro, ou sua substituição por novo instrumento, resultando na liquidação ou no refinanciamento parcial ou integral da obrigação originalmente assumida.

Reestruturação: Caracteriza-se como reestruturação a renegociação de operações que envolva concessões significativas à contraparte, em razão de deterioração relevante de sua qualidade creditícia, sendo concessões que não seriam usualmente oferecidas em condições normais de mercado, caso tal deterioração não tivesse ocorrido.

O Banco declara que não realiza reestruturação de ativos financeiros.

i. Critérios para Write-Off

O Banco Scania adota critérios objetivos para a baixa contábil (write-off) de ativos financeiros classificados como incobráveis, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.

A baixa para prejuízo é realizada quando não há expectativa razoável de recuperação do crédito, com base em histórico de inadimplemento, avaliação da suficiência de garantias e esgotamento dos meios legais de cobrança. As operações sujeitas a write-off devem estar 100% provisionadas, conforme os critérios definidos na regulamentação vigente.

Além da inadimplência prolongada, são considerados como critérios para baixa: a depreciação significativa dos bens dados em garantia, sem a existência de garantias complementares, e a conclusão das ações judiciais ou extrajudiciais de cobrança, sem recuperação efetiva do valor. Mesmo nos casos em que persistam garantias contratuais, o Scania Banco poderá proceder com a baixa se esgotadas todas as possibilidades de recuperação, sendo eventuais exceções submetidas ao Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Para garantir a consistência com os controles fiscais e evitar registros manuais adicionais relativos aos ativos fiscais diferidos oriundos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, a baixa para prejuízo é realizada somente após a constituição integral da provisão, conforme definido no Anexo I da Resolução BCB nº 352/23.

j. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Correspondem a operações contratadas a preços fixos, relativas a compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses instrumentos estão registrados pelo valor de resgate, líquido dos rendimentos a apropriar referentes a períodos futuros.

Scania Banco S.A.

k. Operações de crédito, arrendamento mercantil, empréstimos e obrigações por repasses no país.

As operações prefixadas estão registradas pelo valor futuro, ajustado por meio da conta de rendas/despesas a apropriar. As operações pós-fixadas, por sua vez, estão registradas pelo valor presente, atualizado pro rata temporis até a data-base das demonstrações financeiras. Todas as operações foram classificadas na categoria de mensuração ao custo amortizado.

l. Outros ativos – diversos

Estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, sendo ajustados ao valor de realização, quando aplicável. Incluem, também, bens não destinados ao uso próprio do Scania Banco, recebidos em dação em pagamento, os quais são inicialmente registrados pelo custo e, quando necessário, ajustados por provisão para perdas com base no valor recuperável.

m. Investimentos

Os investimentos realizados em empresas controladas são mensurados de acordo com o método de equivalência patrimonial, em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas.

n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *Impairment*

A avaliação contábil dos ativos não financeiros deve refletir eventos ou alterações nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar indícios de perda no valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e verificado que o valor contábil líquido do ativo excede seu valor recuperável, é constituída provisão para perda por impairment, ajustando o valor contábil e reconhecendo-se o efeito no resultado do período.

A análise dos valores registrados para ativos não financeiros é realizada anualmente, com exceção dos ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

o. Ativos não financeiros mantidos para venda

Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica, ou o grupo de alienação, que atenda aos requisitos de realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso. Se classificados sob o primeiro requisito, devem ser avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido do ativo, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação ou amortização acumulada; e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas. Se classificado sob o segundo requisito, devem ser avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas. Eventuais diferenças decorrentes dessas avaliações são reconhecidas em contrapartida ao resultado do período.

p. Recursos e aceites e emissão de títulos

As emissões de letras financeiras são inicialmente reconhecidas ao seu valor justo, conforme os princípios contábeis vigentes. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Esse procedimento assegura que as receitas e despesas relacionadas sejam apropriadas ao longo do tempo de vigência do papel, refletindo de forma precisa o custo financeiro efetivo associado à captação de recursos.

q. Outras obrigações – diversas

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

Scania Banco S.A.

Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no exercício. A contribuição social é calculada pela alíquota de 15%, conforme Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória nº 675. A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. A Medida Provisória nº 1.115/22, publicada no Diário Oficial da União em abril de 2022, no seu artigo 1º, alterou as disposições normativas previstas na Lei nº 7.689/88 majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras e equiparadas. A alteração elevou de 20% (vinte por cento) para 21% (vinte e um por cento) a alíquota da CSLL a partir de 1º de agosto de 2022 com vigência até 31 de dezembro de 2022, sendo que após 1º de janeiro de 2023 a alíquota retornou ao patamar de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os ativos fiscais diferidos são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

r. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, bem como das obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são realizados em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 3.823/09, e no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), observando-se os seguintes procedimentos:

Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando houver evidências concretas que assegurem sua realização, e contra as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, houver risco provável de perda em processos judiciais ou administrativos, com expectativa de saída de recursos para a liquidação da obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser mensurados com suficiente grau de segurança. As contingências classificadas como de risco possível não exigem constituição de provisão, mas devem ser divulgadas em notas explicativas. Já aquelas classificadas como de risco remoto não requerem provisão nem divulgação.

s. Outros passivos

As rendas antecipadas (rendas a receber) referem-se a receitas de exercícios futuros, representando acréscimos no ativo da entidade ocorridos antes do cumprimento da obrigação contratual, como a prestação de serviços. Tais receitas não apresentam, até o momento, qualquer exigibilidade e sua apropriação como receita efetiva ocorrerá exclusivamente com o decurso do prazo contratual.

t. Classificação de resultado recorrente e não recorrente

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 2/20, o Scania Banco apresenta, nas notas explicativas, a classificação do resultado em componentes recorrentes e não recorrentes, conforme política contábil aprovada pela Diretoria. Essa política baseia-se na segregação dos efeitos de eventos não recorrentes que impactaram o resultado do período, os quais não estão relacionados, ou estão relacionados apenas de forma incidental, às atividades típicas e operacionais do Scania Banco.

Scania Banco S.A.

u. Resultado de exercícios futuros

As receitas recebidas antecipadamente, cujas contrapartidas ainda não foram integralmente prestadas, são registradas em Resultado de Exercícios Futuros. O reconhecimento no resultado ocorre de forma sistemática, conforme o prazo contratual ou à medida em que os serviços relacionados são prestados, em conformidade com o regime de competência e as normas do Banco Central do Brasil.

v. Lucro por ação

A Instituição divulga a informação de lucro líquido por ação, calculado com base na divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

4. Gerenciamento de riscos e de Capital

O Scania Banco trabalha por processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios. Neste processo estão contemplados principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes riscos:

Risco de crédito: A política de crédito e cobrança, estabelece as etapas a serem seguidas para a aprovação dos limites de crédito aplicáveis a cada cliente, preservando a integridade e a independência dos processos. Adicionalmente, a carteira é monitorada visando o gerenciamento do risco advindo da carteira de operações do Scania Banco, antecipando possíveis tendências e comportamentos da carteira, permitindo o ajuste de parâmetros de aceitação e funcionando como um radar à Diretoria Executiva sobre riscos de crédito de forma individual e agregada.

Risco operacional: É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades do Scania Banco, resultando em perdas inesperadas. Os riscos são mapeados pela Primeira Linha de Defesa com auxílio da área de Riscos e revisados periodicamente sendo os incidentes de risco operacional registrados e consolidados em um base unificada. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual do Scania Banco e para efeito de capital regulamentar, o Scania Banco utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

Risco de mercado: O Risco de Mercado no Scania Banco é gerenciado através de métodos e parâmetros ajustados a realidade do mercado bancário nacional e internacional, possibilitando uma tomada de decisão com agilidade, confiança e em concordância com a tolerância de riscos do Scania Banco. As operações do Scania Banco estão, essencialmente, classificadas como Banking, ou seja, de não negociação, sendo sua carteira de operações ativas composta por operações de crédito e aplicações financeiras de seus recursos de caixa excedentes, a carteira de operações passivas é composta por captações com o BNDES (“Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”) e com instituições financeiras comerciais nacionais e internacionais. O Scania Banco, atualmente, tem por política não possuir exposição a moedas estrangeiras, sendo assim, não está exposta a oscilações causadas por variação cambial.

Risco de Liquidez: O Scania Banco mantém um rigoroso controle do Risco de Liquidez, sendo a Gestão do Risco de Liquidez realizada através de procedimentos e relatórios periódicos, como Previsão de Liquidez Diária e Fechamento, Previsão de Liquidez de 90 dias, Relatório de Risco de Refinanciamento, Teste de Estresse de Liquidez, Plano de Contingência de Liquidez, o que possibilita o acompanhamento dos limites operacionais e análise de cenários futuros pelos gestores, auxiliando no processo de tomada decisões e ações pontuais. Os modelos e as estratégias empregadas para elaboração dos relatórios, projeções e análises possuem critérios consistentes e passíveis de auditoria.

Gerenciamento de Capital: De acordo com os padrões globais de gestão de capital e as normas do Banco Central do Brasil, o Scania Banco considera as 4 categorias de risco (Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional) ao monitorar e manter o capital mínimo. Além disso, considera-se o seguinte na revisão do nível de capital: (i) alterações normais no tipo e montante de operações bancárias e as flutuações do índice de capital total; (ii) custo ao captar caixa em curto prazo; (iii) sempre manter o nível de capital mínimo conforme exigido pelo Banco Central; e (iv) alterações no ambiente econômico que poderiam afetar o Scania Banco ou

Scania Banco S.A.

clientes específicos. O monitoramento da adequação dos limites de capital às operações é efetuado periodicamente através de relatórios e apresentado e discutido no Comitê de Riscos e nas reuniões do Conselho de Administração. Adicionalmente, são efetuados testes de stress visando avaliar os impactos de variações das taxas de juros e do comportamento da carteira nos indicadores de capital do Scania Banco.

A estrutura e as metodologias aplicadas à Gestão de Risco encontram-se disponíveis para acesso público no website do Scania Banco: <https://www.scania.com/br/pt/home/services/finance-and-insurance/finance/estrutura-de-gerenciamento-de-riscos-do-scania-banco-s-a-.html>.

Sobre Gestão de Capital

O Scania Banco elabora, no último trimestre de cada exercício, seu plano de negócios para o ano subsequente. Complementarmente, desenvolve periodicamente um plano de longo prazo, com horizonte mínimo de cinco anos.

O Scania Banco mantém processos institucionais estruturados, com caráter obrigatório, voltados ao acompanhamento contínuo das metas e objetivos estabelecidos. Esses processos incluem a análise das causas de eventuais desvios e a implementação de medidas corretivas, por meio de relatórios gerenciais mensais e revisões trimestrais de projeções, com base nos cenários econômicos e operacionais mais atualizados.

Dessa forma, o Scania Banco reavalia periodicamente o crescimento de seus ativos e a adequação de seu capital, assegurando o monitoramento contínuo e a manutenção da conformidade com todos os requisitos regulatórios aplicáveis.

5. Alocação de Capital

Apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco (Risk-Weighted Assets – RWA), que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base o Conglomerado Prudencial, conforme definido nos termos da Resolução CMN nº 4.950/21. O Conglomerado Prudencial é composto pelas seguintes entidades: Scania Banco S.A. e Scania Administradora de Consórcios.

Também são considerados os impactos potenciais decorrentes dos riscos associados às demais empresas controladas pelos integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como às participações em cotas de fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios. Tais exposições estão incluídas no escopo de consolidação prudencial, conforme exigido pela regulamentação vigente.

A tabela a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB) do Conglomerado Prudencial:

	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	1.696.392
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	13.782.502
Risco de Crédito (RWACPAD)	13.030.761
Risco Operacional (RWAOPAD)	751.741
PR Mínimo para RWA	1.102.600
Margem Patrimônio de Referência	593.792
IB - Índice da Basileia	12,21%

Conforme dispõe a regulamentação vigente, o Índice de Basileia (IB) corresponde à razão entre o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco, representando um dos principais indicadores de solvência da instituição. Para o período de reporte, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, os limites mínimos exigidos eram os seguintes:

- Índice de Basileia: 12,21 %
- Índice de Nível 1: 12,31 %
- Índice de Capital Principal: 12,31 %

Na data de referência, o Patrimônio de Referência do Scania Banco totalizou R\$ 1.696.392.

Scania Banco S.A.

Conforme a Circular Bacen nº 3.876/18, o Conglomerado Prudencial deve calcular e reportar o Risco de Taxa de Juros nas Operações da Carteira Bancária (Interest Rate Risk in the Banking Book – IRRBB). A mensuração da necessidade de capital frente ao IRRBB é realizada por meio de dois indicadores: a variação do valor econômico do patrimônio (Δ EVE – Economic Value of Equity) e a variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII – Net Interest Income).

Na data de reporte, o valor calculado do IRRBB foi de R\$ 9.094.683.

Para o cálculo da margem do Patrimônio de Referência considerando o IRRBB, são observados os seguintes componentes: total do PR, RWA, Fator F (fixado em 8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira bancária e o ACP mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (2,5% a partir de abril de 2022).

Na data de referência, o Índice de Basileia foi de 12,21%, situando-se acima do limite mínimo regulatório. Os Índices de Nível 1 e de Capital Principal foram de 12,31%, também superiores aos requisitos estabelecidos.

O Scania Banco realiza o monitoramento contínuo dos requerimentos e margens de capital, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral das exigências normativas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, o Conglomerado Prudencial do Scania Banco atende plenamente a todos os requisitos mínimos regulatórios aplicáveis.

6. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez (Caixa e equivalentes de caixa)

	31/12/2025
Disponibilidades (depósitos bancários)	5.976
Aplicações interfinanceiras de liquidez	275.150
Total	281.126

7. Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e valores mobiliários

	31/12/2025
	Custo amortizado
Cota do FGI (i)	1.022
Total	1.022

- (i) As cotas do fundo de investimento (FGI – Fundo Garantidor de Investimentos) classificadas no Nível I são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota disponibilizada pelo BNDES, as quais não possuem data de vencimento.

As operações estão sujeitas à subscrição, integralização e resgate de cotas de emissão do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). A aplicação no referido fundo está vinculada a operações com características específicas, de acordo com a regulamentação aplicável, sendo os respectivos valores resgatados ao término do prazo contratual das operações.

8. Operações de crédito e arrendamento mercantil

a) Composição da Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil

	31/12/2025
Finame - repasses	3.145.689
Financiamentos	12.458.110
Empréstimos de capital de giro	40.061
Arrendamento mercantil	39.813
Total	15.683.673

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as operações de crédito, capital de giro e arrendamento mercantil geraram receita de R\$ 2.421.896.

Scania Banco S.A.

b) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Finame - repasses	2.877.131	74.087	194.471	3.145.689
Financiamentos	10.121.837	1.200.670	1.135.603	12.458.110
Empréstimos de capital de giro	13.145	12.420	14.496	40.061
Arrendamento mercantil	38.162	842	809	39.813
Total em 31/12/2025	13.050.275	1.288.020	1.345.379	15.683.673
(-) Provisão	(42.320)	(62.305)	(567.932)	(672.557)
Total Líquido de Provisão em 31/12/2025	13.007.955	1.225.715	777.447	15.011.116

Scania Banco S.A.

c) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Finame - repasses	6.011	(171)	(194)	125	21	-	1.672	7.464
Financiamentos	36.500	(3.313)	(2.363)	6.528	1.491	(107)	(4.579)	34.158
Empréstimos de capital de giro	371	(48)	-	-	-	-	(274)	49
Arrendamento mercantil	355	(46)	-	-	-	-	340	649
Total	43.237	(3.578)	(2.557)	6.653	1.512	(107)	(2.841)	42.320

Estágio 2	Saldo inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Finame - repasses	3.557	(125)	(2.792)	171	-	-	2.058	2.869
Financiamentos	54.270	(6.528)	(21.130)	3.313	2.582	(380)	26.837	58.964
Empréstimos de capital de giro	28	-	(26)	48	2	-	282	332
Arrendamento mercantil	-	-	-	46	-	-	94	140
Total	57.854	(6.653)	(23.949)	3.578	2.584	(380)	29.271	62.305

Estágio 3	Saldo inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Finame - repasses	4.038	(21)	-	194	2.792	(10.118)	52.055	48.941
Financiamentos	279.633	(1.491)	(2.582)	2.363	21.130	(333.438)	547.560	513.174
Empréstimos de capital de giro	1.559	-	(2)	-	26	-	3.661	5.244
Arrendamento mercantil	236	-	-	-	-	-	337	573
Total	285.465	(1.512)	(2.584)	2.557	23.949	(343.556)	603.613	567.932

Scania Banco S.A.

Consolidado dos Três Estágios	Saldo inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Finame - repasses	13.607	(10.118)	55.785	59.274
Financiamentos	370.402	(333.925)	569.818	606.295
Empréstimos de capital de giro	1.957	-	3.669	5.625
Arrendamento mercantil	591	-	771	1.362
Total	386.557	(344.043)	630.043	672.557

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025
Saldo inicial	386.557
Constituições / Reversões	630.043
Write-Off	(344.043)
Saldo final	672.557

e) Diversificação da Carteira por Setor de Atividade

	31/12/2025
Indústria	8.171.307
Comércio	3.927.524
Serviços	2.637.462
Outros	605.167
Pessoas físicas	342.213
Total	15.683.673

f) Composição da Carteira por Faixa de Vencimento

	31/12/2025
Vencimentos	
A partir de 15 dias vencidos	345.417
A vencer até 3 meses	1.863.403
A vencer de 3 a 12 meses	4.385.861
A vencer acima de 1 ano	9.088.992
Total	15.683.673

g) Concentração de risco de crédito

	31/12/2025	
	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	270.931	1,73
10 maiores devedores	1.492.000	9,51
20 maiores devedores	1.360.801	8,68
50 maiores devedores	1.514.568	9,66
100 maiores devedores	1.478.793	9,43
Demais devedores	9.566.580	61,00
Total	15.683.673	100,00

Scania Banco S.A.

h) Operações renegociadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 268.475.

O montante total de operações de crédito renegociadas ativas em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 970.378.

	31/12/2025	
	31/12/2025	Montante total
Finame - repasses	31.956	87.443
Financiamentos	236.519	882.934
Total	268.475	970.377

i) Recuperação de créditos baixados para prejuízo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recuperados créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 30.205 e estão registrados em "Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito e arrendamento mercantil".

9. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	31/12/2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Scania Latin America Ltda		
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	(157)
Processamento de dados	-	(453)
Outras despesas administrativas	-	(505)
Depósito a prazo (Nota 12)	(6.956.557)	(940.901)
Rendas antecipadas (Nota 16.a)	(72.091)	16.888
Rendas de cessão de crédito (Nota 16.b)	(349)	6.703
Serviços prestados	-	130
Total	(7.028.997)	(918.295)
Scania Corretora de Seguros Ltda		
Depósito a prazo (Nota 12)	(11.803)	(583)
Serviços prestados	-	190
Total	(11.803)	(393)
Codema Coml. e Importadora Ltda		
Rendas de cessão de crédito (Nota 16.b)	(23)	5.499
Total	(23)	5.499
Scania Administradora de Consórcios Ltda		
Depósito a prazo (Nota 12)	(376.259)	(43.625)
Total	(376.259)	(43.625)
TFS Holding Brasil Ltda		
Depósito a prazo (Nota 12)	(221)	(1.468)
Total	(221)	(1.468)
Banco Traton Brasil S.A.		
Depósito a prazo (Nota 12)	(228.123)	-
Total	(228.123)	-

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Scania Banco S.A.

O Scania Banco S.A. considera como pessoal-chave da administração os Diretores (incluindo o Presidente).

O quadro a seguir demonstra os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria (incluindo Presidente).

	31/12/2025
Despesa de honorários - diretoria	7.560

10. Outros ativos

	31/12/2025
Impostos a compensar	21.152
Valores a liquidar carteira (i)	62.709
Devedores por depósitos em garantia	105
Bens não de uso próprio	19.837
Rendas a receber	97
Outros	577
Total	104.477

(i) Os saldos de valores a liquidar referem-se as operações de crédito recebidas no último dia do mês, a serem repassadas em D+1 pela instituição financeira responsável pela nossa cobrança.

11. Investimento em controladas

Scania Corretora de Seguros

Saldo das transações	31/12/2025
Ativo	14.136
Passivo	522
Patrimônio líquido	13.613
Saldo do investimento no início do período	5.590
Lucro líquido no exercício	8.023
Percentual de participação	99,99%
Valor do investimento baseado na equivalência	13.613

Distribuição de dividendos

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a administração da investida não realizou distribuição de dividendos.

Scania Banco S.A.

12. Depósitos

a) Depósitos a prazo

Instrumento	Indexador	Valor da Operação	Custo Amortizado
		31/12/2025	31/12/2025
Depósitos a prazo	Pós-fixado	602.307	686.143
	Pré-fixado	5.688.310	6.658.697
Total de depósitos a prazo (i)		6.290.617	7.344.840
Vencimento até 90 dias		1.157.607	1.339.613
Vencimento até 360 dias		2.836.010	3.259.812
Vencimento maior que 360 dias		2.297.000	2.745.415
Total de depósitos a prazo		6.290.617	7.344.840

- (i) Saldo em depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2025 referem-se a captações com a Scania Latin America, Scania Administradora de Consórcios, Scania Corretora de Seguros e TFS Holding Brasil, com vencimento até novembro de 2028, com taxas pré-fixada (que variam de 9,96% a 14,74% ao ano) e pós-fixadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as operações de captação no mercado geraram despesas de R\$ 986.576.

Os saldos de depósitos apresentados acima constituem a base de cálculo para a contribuição ordinária ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), conforme regulamentação vigente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as operações de contribuição ao FGC geraram despesas de R\$ 10.703.

b) Depósitos interfinanceiros

Instrumento	Indexador	Valor da Operação	Custo Amortizado
		31/12/2025	31/12/2025
Depósitos Interfinanceiros	Pós-fixado	228.000	228.123
Total de depósitos interfinanceiros		228.000	228.123
Vencimento até 90 dias		228.000	228.123
Total de depósitos interfinanceiros		228.000	228.123

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as operações de Certificado de Depósitos Interfinanceiros geraram despesas de R\$ 13.250.

Scania Banco S.A.

13. Recursos de aceites e emissão de títulos

Instrumento	Indexador	Remuneração	Valor da Operação	Custo Amortizado
			31/12/2025	31/12/2025
Letras Financeiras	Pós-fixado	0,40% a.a. a 0,75% a.a. + 100% do CDI	2.482.500	2.868.157
	Pré-fixado	12,98% a.a. a 14,75% a.a.	657.750	740.239
Total de recursos de letras financeiras			3.140.250	3.608.396
Vencimento até 360 dias			400.000	471.608
Vencimento maior que 360 dias			2.740.250	3.136.788
Total de recursos de letras financeiras			3.140.250	3.608.396

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as operações de Letras Financeiras geraram despesas de R\$ 416.926.

Os depósitos e as letras financeiras estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no país

	31/12/2025
Até 3 meses	315.371
De 3 a 12 meses	862.601
De 1 a 3 anos	1.450.510
De 3 a 5 anos	438.311
De 5 a 15 anos	58.365
Total	3.125.158

Referem-se a repasses de recursos para operações de Finaime com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Taxa média de captação é de 12,05% junto ao BNDES.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as obrigações por empréstimos e repasses geraram despesas de R\$ 453.731.

15. Obrigações fiscais correntes e diferidas

a) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2025
Provisão para impostos	4.184
Impostos e contribuições a recolher	4.340
Total	8.524

Scania Banco S.A.

b) Diversos

	31/12/2025
Provisão para pagamentos a efetuar	7.736
Credores diversos (i)	24.732
Provisões administrativas	1.705
Provisões prestamistas	719
Outras provisões	2.534
Total	37.426

- (i) O valor refere-se, principalmente, a valores relacionados à equalização de taxas de juros em operações de financiamento. Esses valores são registrados inicialmente como obrigações e apropriados ao resultado ao longo do prazo das respectivas operações de crédito.

c) Provisão para Contingências

Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos.

Scania Banco S.A.

Provisão para contingências trabalhistas e cíveis como perdas prováveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de provisões para contingências trabalhistas é de R\$ 593, relativos a 2 processos. Os processos cíveis somam R\$ 5.425, relativos a 24 processos.

	31/12/2025
Saldo no início do exercício	5.555
Constituições/Reversões	544
Realizações (i)	(81)
Total	6.018

(i) Desembolso de caixa por perda.

Provisão para contingências cíveis classificadas como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025 as contingências passivas classificadas como perda possível estão representadas por 09 processos, que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 393. Os processos estão representados, substancialmente, por ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos.

16. Resultado de exercícios futuros

a) Taxa de equalização

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de resultado de exercícios futuros foi de R\$ 72.091, o valor refere-se a subsídios da Scania Latin America Ltda, relativo a contratos de equalização de taxa de juros, considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Scania Banco S.A., a apropriação do resultado é feita pelo prazo do contrato.

b) Cessão de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de resultado de exercícios futuros era de R\$ 6.703 referente a subsídios da Scania Latin America Ltda e R\$ 5.499 referente a subsídios da Codema Coml. e Importadora Ltda, relativo a contratos de cessão de crédito, a apropriação do resultado é feita pelo prazo do contrato.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social de R\$ 710.000 está representado por 710.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e sem direito de voto e foi totalmente integralizado por acionistas domiciliados no exterior.

b) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. O Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Reserva estatutária

Tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, quando aplicáveis, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Será destinada conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria.

Scania Banco S.A.

18. Despesas de pessoal

	2º SEM 2025	31/12/2025
Despesa de pessoal - benefícios e treinamentos	2.956	6.143
Despesa de pessoal - proventos e encargos	17.433	33.834
Despesa de honorários - diretoria	3.093	6.032
Total	23.482	46.009

19. Outras despesas administrativas

	2º SEM 2025	31/12/2025
Despesa de aluguel	157	313
Despesa de processamento de dados	2.826	5.994
Despesa de serviços técnicos especializados	5.126	9.600
Despesa de promoção e relações públicas	562	2.862
Despesa de viagens	644	1.531
Despesa de comunicação	61	120
Despesa de transporte	724	1.403
Despesa de publicação	44	76
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.695	4.979
Despesas de BNDU (i)	15.481	39.448
Contribuições e doações	63	138
Custas judiciais (ii)	17.481	34.558
Outras despesas administrativas	715	1.383
Total	46.577	102.405

- (i) Referente às despesas por busca e apreensão de veículos R\$ 27.970, despesas com o Detran R\$ 11.219 e outras despesas administrativas R\$ 260.
- (ii) Aumento nas despesas de Custas Judiciais devido a casos de clientes inadimplentes o que ocasionou a retomada do bem.

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição das despesas com impostos e contribuições diferidos

a.1) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025
Despesa de Contribuição Social - Corrente	(894)
Ativo fiscal diferido de imposto de renda	43.045
Ativo fiscal diferido de contribuição social	34.436
Passivo fiscal diferido de imposto de renda	(1.618)
Total	74.969

a.2) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(159.705)	(159.705)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	159.705	164.175
PDD (Adição - Liquida)	174.377	174.377
Equivalência patrimonial (Nota 11)	(8.023)	(8.023)
Gratificações a administradores	2.000	-

Scania Banco S.A.

Outras adições e exclusões	18	18
Superveniência/Insuficiência de depreciação	(6.470)	-
Outras adições e exclusões temporárias	(2.197)	(2.197)
Lucro real e base de cálculo dos tributos	-	4.470
Imposto de renda e contribuição social – valores correntes	-	894
Total de Imposto Corrente	-	894
Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias	(43.045)	(34.436)
Imposto de renda – passivo diferido	1.618	-
Imposto diferido	(41.427)	(34.436)
Total imposto de renda e contribuição social	(41.427)	(33.542)

b) Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente dedutíveis. Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo Inicial	Constituições	Realizações	Saldo em 31/12/2025
Diferenças temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - IRPJ	144.800	49.545	(24.010)	170.335
Outras diferenças temporárias	3.835	2.595	(3.334)	3.096
Total	148.635	52.140	(27.344)	173.431
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - CSLL	115.840	39.636	(19.208)	136.268
Outras diferenças temporárias	3.067	2.076	(2.667)	2.476
Total	118.907	41.712	(21.875)	138.744
Total Geral	267.542	93.852	(49.219)	312.175

Os ativos fiscais diferidos serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 4.842/20 BACEN e a compensação depende da natureza do crédito gerado, de acordo com a Lei nº 14.467/22.

31/12/2025			
Créditos tributários	IRPJ	CSLL	TOTAL
Até 1 ano	35.667	28.533	64.200
De 1 a 2 anos	24.761	19.809	44.570
De 2 a 3 anos	28.160	22.528	50.688
De 3 a 4 anos	31.688	25.350	57.038
De 4 a 5 anos	22.002	17.601	39.603
De 5 a 7 anos	31.153	24.923	56.076
Total	173.431	138.744	312.175
Total a valor presente (i)	109.895	87.917	197.812

(i) O Ajuste a valor presente foi realizado com uma taxa de desconto de 15%, utilizando a taxa Selic meta em 31/12/2025.

Scania Banco S.A.

c) Passivos fiscais diferidos

Descrição	Saldo Inicial	Constituições	Realizações	Saldo em 31/12/2025
Imposto de renda				
Adições temporárias - Superveniência	3.802	1.618	-	5.420
Total	3.802	1.618	-	5.420

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização conforme o vencimento da carteira de arrendamento mercantil. As operações de arrendamento mercantil do Scania Banco S.A. tem como prazo cinco anos, portanto o valor constituído será realizado até 2030.

21. Outras receitas e despesas operacionais

	2º SEM 2025	31/12/2025
Ressarcimento de custas judiciais (i)	19.839	46.003
Descontos concedidos	(1.736)	(3.985)
Reversão de provisões (ii)	2.735	2.735
Processos trabalhistas	-	(40)
Processos cíveis	(158)	(504)
Total	20.680	44.209

(i) Valor referente a recuperação de despesas por busca e apreensão de veículos.

(ii) Valor referente a reversão de provisões operacionais e de treinamento.

22. Resultado na alienação de valores e bem

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco registrou um resultado não operacional no valor de R\$ 68 correspondente principalmente ao resultado na venda de bens e valores recebidos em dação para pagamento da liquidação de operações de crédito.

23. Despesas tributárias

	2º SEM 2025	31/12/2025
Contribuição ao PIS/PASEP	1.920	3.981
Contribuição ao COFINS	11.816	24.501
Outros	964	1.789
Total	14.700	30.271

24. Resultados não recorrentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco não registrou resultado não recorrente.

25. Eventos subsequentes

Lei complementar N° 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar n° 214, resultante da conversão do PLP n° 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional n° 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

* * *

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2025

CONGLOMERADO PRUDENCIAL SCANIA
Resolução CMN Nº 4.910/2021

ÍNDICE

1.	Introdução.....	3
2.	Atividades do Comitê relativas ao 2º Semestre de 2025	3
3.	Conclusões e Recomendações	5

1. Introdução

De acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria (“COAUD”), avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. e Scania Administradora de Consórcio Ltda. (“Conglomerado”), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamentos de riscos do Conglomerado.

As avaliações do Comitê basearam-se nas informações recebidas da Administração do Conglomerado, da auditoria independente, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de compliance, dos assessores jurídicos do Conglomerado e nas suas próprias análises.

O presidente do COAUD, Sr. Marcos Miguel Grosso, avaliou e aprovou os itens constantes neste relatório, de forma isolada na reunião 19 de março de 2026, uma vez que os membros Gustavo Amaral de Lucena e Luis Felipe Correa tomaram posse na mesma data da reunião do referido Comitê e por este motivo ainda se encontram em fase de *onboarding*. Não conhecendo, portanto, o Sistema de Controle Interno do Conglomerado para efetuarem suas avaliações e aprovações.

2. Atividades do Comitê relativas ao 2º Semestre de 2025

O Comitê se reuniu pela primeira vez em 19 de março de 2026, uma vez que sua constituição se deu em 27 de fevereiro de 2026, conforme aprovação formalizada pelo Ofício do Banco Central do Brasil.

2.1 Sistema de Gerenciamento de Riscos

O Comitê avaliou a efetividade dos sistemas de gerenciamento e controle de riscos de mercado, de liquidez, de crédito e operacionais do Conglomerado, por meio dos reportes de Auditoria Interna, conforme programação anual aprovada pelo Conselho de Administração em 2025, e reportes de gestão de apontamentos, que abrange os apontamentos autoidentificados pela primeira linha de defesa, regulatórios, das Auditorias Internas e Independente, e da segunda linha de defesa. Na avaliação do Comitê, o empenho das áreas responsáveis no gerenciamento e implementação dos planos de ação para endereçar os riscos identificados tem se mostrado efetivo.

2.2 Sistemas de Controle Interno e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê analisou o relatório a respeito da avaliação da adequação e efetividade dos Sistemas de Controle Interno requerido pelos reguladores e preparado pela área de Compliance, que concluiu que os Sistemas de Controle Interno do Conglomerado estão adequadamente estruturados para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros.

O Comitê também avaliou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela Auditoria Independente e pela área de Compliance, que apontaram que o Conglomerado possui um Sistema de Controle Interno para cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas adequado para identificação, elaboração de

planos de ação, escalonamento à Administração, bem como de correções nos apontamentos identificados, garantindo um Sistema de Controle Interno independente e de um processo de melhoria contínua no Conglomerado.

O Comitê tomou ciência de que os Sistemas de Controle Interno do Conglomerado vêm sendo aprimorados continuamente. Em sua avaliação, com base nos documentos e informações descritos acima, os procedimentos já implantados, bem como aqueles que estão ainda em fase de implantação, são compatíveis com o porte e complexidade das operações do Conglomerado.

2.3 Auditoria Independente (EY)

A Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda. ("EY"), é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das demonstrações financeiras do Conglomerado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A fim de melhor evidenciar o que aqui se registra, o Comitê procedeu à avaliação formal dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente. Foram analisados aspectos relativos ao desenvolvimento dos trabalhos da auditoria externa, à elaboração e entrega de relatórios, à independência dos auditores externos e ao seu relacionamento com a Administração do Conglomerado e com o próprio Comitê.

Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria Administração do Conglomerado, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos trabalhos de auditoria externa.

Em 2025 o Conglomerado não contratou trabalhos típicos de consultoria com a EY.

O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Independente, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras em relação às normas vigentes.

2.4 Auditoria Interna

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna do Conglomerado e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foram analisados e aprovados em 2025 pelo Conselho de Administração do Conglomerado. O Comitê avaliou positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

2.5 Avaliação do cumprimento pela Administração das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos

A avaliação do cumprimento em referência foi realizada com base nos relatórios elaborados pela Auditoria Interna e Independente, bem como, através de conversas e interações com a Administração e outras áreas relacionadas ao Conglomerado, concluindo que o gerenciamento, controle e implementação dos planos de ação para endereçar as recomendações foram realizadas de forma satisfatória.

2.6 Demonstrações Financeiras

Na reunião do Comitê em 19 de março de 2026, foram analisadas as Demonstrações Financeiras, inclusive as Notas Explicativas, referente ao 2º semestre de 2025, findo em 31 de dezembro de 2025, e ao exercício fiscal de 2025, bem como os procedimentos que envolvem o processo de preparação das mesmas. O Comitê ouviu, a respeito, os profissionais responsáveis pela contabilidade, Auditoria Interna, Auditoria Independente e a Administração do Conglomerado.

Foram examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Conglomerado na elaboração das Demonstrações Financeiras, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil.

O Comitê igualmente avaliou o relatório da Administração e o relatório da Auditoria Independente.

3. Conclusões e Recomendações

Este Comitê concluiu, com base nas informações e documentos acima descritos, que os sistemas de Gerenciamento de Riscos, Sistemas de Controle Interno e os trabalhos da Auditoria Interna e Independente são efetivos, inclusive quanto à verificação do cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos.

Por fim, este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas reponsabilidades e as limitações decorrente do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras, auditadas do Conglomerado, referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e do exercício fiscal de 2025.

Ressalta ainda que não há divergências significativas entre a Administração do Conglomerado, os Auditores Independentes e este Comitê em relação às demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e do exercício fiscal de 2025.

São Bernardo do Campo, 19 de março de 2026

Comitê de Auditoria

.....

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria – Scania Banco S.A. e Scania Administradora de Consórcio Ltda.

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de auditoria (“COAUD”) do Scania Banco S.A. e da Scania Administradora de Consórcio Ltda. (“Conglomerado”) avaliar a qualidade das Demonstrações Financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e a qualidade e efetividade dos Sistemas de Controle Interno e do Gerenciamento de Riscos.

O COAUD foi constituído em 27 de fevereiro de 2026 e a sua primeira reunião de trabalho dos membros foi realizada em 19 de março de 2026 com membros da Administração e representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas do Conglomerado.

Destacamos como principais, os seguintes assuntos relatados:

- Avaliação do gerenciamento de riscos, efetividade dos Sistemas de Controle Interno e cumprimento de legislação da regulamentação e das normas internas dos assuntos;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento pela Administração das recomendações feitas pelos Auditores Independente e Interna; e
- Avaliação e revisão das Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2025 e do exercício fiscal de 2025.

O COAUD, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração, das Auditorias Interna e Independente, e das demais áreas do Conglomerado, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras do Scania Banco S.A. e da Scania Administradora de Consórcio Ltda.

São Bernardo do Campo, 19 de março de 2026

Comitê de Auditoria

.....